



## QUEREMOS O FUTURO QUE PODEMOS TER?

Rio+20 poderia ter se configurado no marco zero para um futuro melhor, ao invés de ter **priorizado** a retórica e servido de palco para discursos prosaicos

A realização da Conferência Rio+20 (Rio de Janeiro/RJ) trouxe à humanidade a oportunidade de discutir seu futuro e a idealização de uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. Nos últimos 50 anos, a população mundial triplicou, mas a produção de alimentos aumentou 40%, graças à revolução verde e mobilização de abundantes recursos naturais. É importante ressaltar que o crescimento demográfico contínuo pode levar nosso planeta a abrigar 9,5 bilhões de pessoas ainda na metade deste século.

Durante nove dias, a sociedade se fez presente na Conferência Oficial e nos eventos paralelos organizados pelo setor privado e entidades não governamentais e legitimou a pauta de diálogos, ainda que uma pesquisa contratada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, Brasília/DF), às vésperas, mostrando que mais de 50% da população entrevistada nunca tinha ouvido falar do desenvolvimento sustentável.

Os principais representantes de organizações não governamentais, por sua vez, consideraram fracas e pouco ambiciosas as iniciativas e repudiaram o texto final aprovado em consenso diplomático por 193 países-membros das Organizações das Nações Unidas (ONU). O documento oficial de 49 páginas, segundo eles, omitiu a polêmica dos direitos reprodutivos das mulheres, não tratou do fundo para proteção de águas oceânicas internacionais e nem sequer mencionou a criação da esperada contribuição mandatória de U\$ 30 bilhões para financiamento do desenvolvimento sustentável, ação aliviada pelo anúncio dos 700 compromissos voluntários estabelecidos que podem significar

mais de U\$ 500 bilhões investidos nos próximos dez anos.

O compromisso socioambiental incluído no documento "O Futuro que Queremos", assinado pelos líderes globais tem sido considerado a afirmação mais importante por ter considerado a preocupação com a miséria na discussão que até então seguia viés notadamente econômico.

A necessária modificação dos hábitos de produção e consumo e a criação do Índice de Riqueza Inclusiva (IRI), complementar as já tradicionais referências de mensu-

florestais, área agrícola e de pesca) apurado em cada país posicionou a China na dianteira, já que de 1990 a 2008 seu IRI alcançou 2,1%, enquanto o Brasil no quinto posto somou 0,9% e os Estados Unidos com somente 0,7% ocupavam a nona posição do ranking de 20 países pesquisados. Surpreendentemente, a China acumulou capital humano e econômico suficientes para compensar a depreciação do seu capital natural contabilizado pelas perdas do meio ambiente.

As "Metas do Milênio" sabidamente não serão alcançadas até 2015, o que levou os representantes globais presentes firmarem novo compromisso em adotar mais uma vez a vinculação de objetivos para progresso social, econômico e ambiental.

A urgência de análise crítica do modelo capitalista que contribuiu substancialmente para o desenvolvimento vigoroso de algumas nações, mas distanciou ainda mais os ricos dos pobres ficou esvaziada e prejudicou o elenco de metas necessárias à mitigação da agressão ao meio ambiente, cuja exploração insustentável de recursos naturais poderá culminar na exaustão dos ecossistemas essenciais à existência humana.

No caso da água, por exemplo, dados apontam que a demanda *per capita* do cidadão global está na marca dos 1400 m<sup>3</sup>, já em países mais ricos, como os Estados Unidos, este consumo é muito maior, chegando a 3000 m<sup>3</sup>. Renda, hábitos de higiene e costumes são alguns dos fatores que influenciam esta diferença.

Como anfitrião da Rio+20 e detentor de 13% da água doce do planeta, o Brasil deveria ter mostrado aos representantes das outras nações a importância de uma governança



ção econômica/Produto Interno Bruto e desenvolvimento humano/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, foram citadas repetidas vezes no documento que, contudo é vago na revelação das metas a serem alcançadas até 2020.

É importante salientar que essa nova medida do desenvolvimento sustentável lançada pela ONU que combina a variação simultânea do capital da produção (riqueza oriunda do Produto Interno Bruto), do capital humano (educação, emprego e saúde) e do capital natural (estoque de recursos energéticos, minerais,

▼  
**Ariovaldo Zani**  
é médico veterinário